12 AGO 1993

CÉSAR CALLEGARI

Para os educadores é um alento. Para a sociedade, um bom sinal. É que têm sido cada vez mais frequentes as manifestacões de diferentes setores em favor da educa-



ção. Empresários, autoridades, cientistas e sindicalistas — todos vêm convergindo em torno da idéia de que a educação, principalmente a educação básica, deixe de ser uma prioridade relativa para se tornar uma prioridade absoluta e urgente. Não se trata, em todos os casos, de adesão ideológica a uma causa. Essas manifestações são fruto da consciência de que a ignorância das massas se torna uma ameaca cada vez mais real às pretensões de desenvolvimento de países como o Brasil.

Nas condições em que se dão as atuais alternativas para o desenvolvimento — econômico, social e político — a educação é chamada a preencher necessidades de aprendizagem e de aperfeiçoamento em bases mais efetivas e democráticas. Está ultrapassado o modelo fundado numa elite qualificada que dirige uma massa de mal-letrados. Exige-se agora que a

forma decisiva para a universalizacão de conhecimentos básicos, habilidades cognitivas e posturas adequadas aos novos modelos de organização e direção da produção.

Empresários em todo o mundo continuam a apreciar a mão-deobra barata. Agora, porém, essa mão-de-obra tem de ser mais qualificada. Trabalhadores precisam saber ler comandos em telas de computador para em seguida tomar decisões. As empresas que não acompanham as inovações tecnológicas produzem de maneira não-competitiva para um mercado cada vez mais global.

No Brasil, infelizmente, a educação tem vindo a reboque do crescimento. Temos sido tímidos na formulação de políticas capazes de transformar a educação num fator dinâmico no processo de desenvolvimento. Mas parece que, aos poucos, se vai compreendendo a necessidade de uma mudança na relação educação-sociedade, de forma a fazer frente a dois grandes desafios: a diminuição das desigualdades sociais e a formação de indivíduos que dominem os novos códigos da modernidade e participem de forma criativa do processo de produção e organização social, de acordo com as exigências de uma nova qualidade de vida.

Por isso, devemos aplaudir to-

buam para a consciência geral da absoluta inadequação do nosso sistema educacional. Um sistema que, na prática, cristaliza e legitima o modelo da exclusão social. Uma escola que retém seus alunos até o cansaço, e que ao final os expulsa, desempenha um papel reprodutor das condições sociais existentes e realiza, ela própria, a exclusão de amplas camadas da população. No campo da educacão, é como se insistissemos em manter um hospital onde grande parte dos doentes sempre é a mesma e nunca é curada. Nossa escola confere, pela retenção em massa, um atestado de incompetência aos candidatos a esta nova cidadania.

> Talvez, de tantas declarações, análises e denúncias, surja a consciência e, da consciência, as atitudes e providências práticas.

Mais verbas, tudo bem. Mais resultados, também.

Majores investimentos e melhores salários para os professores são necessários. Contudo, a sociedade só estará disposta a fazer um esforco adicional se tiver garantias de retorno e de eficiência do sistema educacional. E isso depende da mobilização geral, sem o oportunismo político-partidário que costuma aparecer nesses momentos. Não adianta esperar que o Estado, isoladamente, realize uma

tarefa que é, afinal, responsabilidade de toda a sociedade. O Estado muitas vezes faz o que pode, e algumas vezes com inegável sucesso. São Paulo, por exemplo, conseguiu baixar sensivelmente os indices de reprovação e evasão nas escolas públicas em apenas dois anos de esforços na direção de um novo padrão de qualidade do sistema estadual de ensino de primeiro e segundo graus. Isso mostra que é possível uma rápida reversão do nosso quadro educacional, desde que haja a participação de todos e desde que a educação se transforme em prioridade estratégica, não apenas dos governos, mas do conjunto da sociedade

De fato, precisamos confiar em que os trabalhadores, os empresarios e as comunidades, ao lado dos educadores e alunos, sejam capazes de participar, de forma madura, da elaboração do projeto nacional para uma educação de qualidade. Afinal, em toda a parte e em todas as épocas, as nações definiram seus sistemas educacionais justal mente quando precisaram se unificar, se reconstruir, se reencontrar com o seu próprio destino. Ousar avançar nesse sentido é uma tarefa politica fundamental.

[■] César Callegari, diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, é diretor-presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação